

NOTAS SOBRE O PROCESSO DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL

O fenômeno industrial no Brasil nasceu na segunda metade do século XIX e, desde então, não cessou de crescer e provocar inúmeras modificações econômicas, sociais e populacionais na vida brasileira. Adquiriu grande importância nas últimas décadas, tendo a produção industrial alcançado em 1963 o mesmo nível da produção agrícola. Tal destaque com todas suas conseqüências talvez explique porque somente nos últimos dez anos o fenômeno industrial tenha despertado a atenção dos pesquisadores universitários. Enquanto isto, foram divulgadas várias falsas idéias a respeito da atividade industrial no Brasil. Uma delas afirma que as indústrias brasileiras nasceram em Volta Redonda, outra diz que praticamente toda indústria existente no país é de propriedade estrangeira, outra ainda mais freqüente garante que a indústria brasileira nasceu do café... Tais idéias persistem até hoje e têm livre trânsito mesmo entre os estudiosos do fato industrial no Brasil.

Os que afirmam ter a indústria brasileira nascido em Volta Redonda dão destaque a um marco fundamental da tentativa de independência econômica levada a efeito pelo governo Getúlio Vargas. Não se deve esquecer, no entanto, que 20% dos grandes estabelecimentos fabris do complexo industrial de São Paulo surgiram no século passado ou nas duas primeiras décadas do século XX. A Cia. Siderúrgica Nacional começou a produzir aço em 1946, quando numerosas iniciativas particulares nacionais já tinham vingado, inclusive várias indústrias mecânicas e metalúrgicas como Villares, Pignatari, Bardella, Trivellato, Ribeiro, Piratininga, Romi, etc.

Se a indústria estrangeira implantada no Brasil é considerável, dominando absolutamente setores como o automobilístico, o farmacêutico, o de pneus, e com maioria (50 a 75%) em outros como o químico, o de estaleiros navais, o de máquinas e equipamentos, o de cigarros, ela é minoritária em vários setores significativos: siderurgia (30%), papel e papelão (22%), cimento (15%), mineração (13%).

Os investimentos da empresa belgo-luxemburguesa ARBED na Belgo-Mineira, do consórcio de companhias siderúrgicas japonesas na USIMINAS (40%), da Pont-à-Mousson francesa na Bárbara, da siderúrgica americana ARMCO, da siderúrgica alemã Mannesmann estão longe de se aproximar dos investimentos estatais brasileiros na CSN, COSIPA, USIMINAS, ACESITA, Ferro e Aço de Vitória, sem contar que os investimentos

governamentais tendem a crescer com a ampliação programada das usinas existentes e as implantações da USIBA e da usina da Ponta do Tubarão.

Na produção de cimento (7,2 milhões ton. em 1968) os grupos estrangeiros que operam em nosso país, Lone Star (EUA) e Lafarge (França), controlam apenas 15% do ramo, enquanto o grupo nacional Ermírio de Moraes detém sozinho mais de 20% da referida produção.

Apesar da concorrência ser muito forte no ramo de papel e papelão, pois as importações sempre foram facilitadas, o grupo nacional Klabin controla mais da metade da produção da papel Kraft, papel jornal, papelão ondulado, disputando vitoriosamente com firmas americanas poderosas como a Olin-Kraft e a Rigesa.

Da mesma forma coexistem na indústria brasileira de elevadores várias firma nacionais (Atlas, Real, Sur, etc) com grandes organizações estrangeiras (Otis e Schindler, americana e suíça respectivamente), sendo que Elevadores Atlas, do grupo Villares, detém 55% do mercado. Assinale-se a existência, nos mais variados ramos, de grandes unidades fabris, mesmo em termos mundiais, controladas por capitais nacionais: Máquinas Romi, em Santa Bárbara d'Oeste, a maior fábrica de tornos do mundo ocidental, com vários milhares de máquinas exportados, até para os EUA, a G. Bretanha, a Alemanha ocidental, a Manufatura Nacional de Porcela (grupo Klabin), no Rio de Janeiro, a maior fábrica de azulejos do Mundo (5,5 milhões de metros quadrados em 1966).

Relaciona-se freqüentemente a industrialização brasileira ao café, inclusive apontando o fenômeno industrial como conseqüência direta da cafeicultura. Sem dúvida a industrialização deve muito ao café na medida em que o crescimento da economia cafeeira provocou a ampliação do mercado interno (atendido por artigos importados), a criação de ampla rede de estradas de ferro, a implantação da energia elétrica em São Paulo e no Rio, etc. Alguns assinalam ainda a transferência de capitais e empresários do café para a indústria, em particular após a crise de 1929: aqui já começa o exagero enganoso do papel desenhado pela cafeicultura.

Uma economia de exportação em crescimento, que estimula o consumo de artigos industriais importados não provoca automaticamente iniciativas industriais que substituem importações. É o caso típico das economias africanas ligadas ao café, cacau, amendoim, etc. No Brasil é o caso do cacau na Bahia: paradoxalmente o grande surto cacaueiro baiano nas três primeiras décadas deste século não deu origem nem mesmo a fábricas de chocolate, que aliás surgiram em São Paulo (Copenhaguen, Sonksen, Lacta), Porto Alegre (Neugebauer),

Vitória (Meyerfreund:Garoto), Blumenau (Saturno). A Bahia não conheceu nenhum surto industrial até o advento da SUDENE.

Paralelamente, nas regiões de colonização européia do sul do Brasil (vale do Itajaí, vale dos Sinos, Caxias do Sul, etc.), de policultura de subsistência, com pequenos excedentes agrícolas colocadas no mercado interno, processou-se importante industrialização. Joinville e Blumenau, cidades com 70 a 80 mil habitantes, possuem em torno de 25 estabelecimentos fabris a primeira e 15 a segunda com mais de 100 operários. O consumo per capita de eletricidade é superior a 800 kWh por ano nesses municípios, acima da Guanabara e do estado de São Paulo. Devemos procurar as causas da industrialização brasileira no imigrante...

O estudo realizado em 1961-62 pelo Centro de Pesquisas Sociais da UFRJ sobre os grupos multibilionários no Brasil destaca ao lado dos grupos estrangeiros (Volkswagem, Light, Esso, Ford, etc.) vários grandes grupos nacionais, em maioria de origem imigrante: Ermírio de Moraes, Matarazzo, Villares, Lundgren, Antártica, Brahma, Klabin, Simonsen, Pignatari, Novo Mundo-Vemag, Ometto-Dedini.

Na realidade, para compreender a industrialização brasileira devemos considerar menos os mecanismos econômicos e mais os mecanismos sociais. A sociedade brasileira tradicional, como existia no século XIX não possuía condições internas para se auto-superar e promover o crescimento industrial. Os imigrantes europeus e asiáticos que se introduziram no Brasil constituíram-se no sangue novo que faltava: inseriram-se como classe média de considerável capacidade de produção e de consumo que cresceu mais e modificou nitidamente o conjunto da vida brasileira, provocando nosso ingresso num capitalismo de tipo europeu do século XIX.

Antes de discutir as características fundamentais da economia e da sociedade existentes no Brasil do século XIX e as profundas modificações introduzidas pelos imigrantes naquele quadro, vale a pena assinalar as implicações ideológicas dos diferentes “clichês” correntes sobre a indústria brasileira. Já dissemos que o interesse dos pesquisadores universitários por um tema de tamanha importância surgiu muito recentemente. Aliás, foi um teatrólogo, Jorge de Andrade quem primeiro chamou a atenção para o papel essencial desempenhado pelo imigrante na modernização econômica ocorrida em São Paulo na primeira metade deste século. Na verdade as universidades brasileiras estavam (e estão em grande medida) subordinadas mentalmente à Europa e aos Estados Unidos.

A idéia segundo a qual a industrialização brasileira nasceu do café faz parte da ideologia da aristocracia rural paulista e interessa aos latifundiários brasileiros. É da mesma origem a opinião corrente até 1945-50 de que os produtos industriais brasileiros não prestavam. Tratava-se, segundo tal corrente de exportar produtos primários e importar produtos industrializados: “exportar tudo aquilo que nos é possível em melhores condições que outros povos e importar o que eles podem produzir em melhores condições que nós”, conforme Campos Sales afirmou em 1899.

Já as opiniões que dão destaque a Volta Redonda ou afirmam estar em mãos estrangeiras praticamente todas as indústrias do Brasil têm origem num nacionalismo muito difundido entre as camadas populares urbanas: a primeira faz parte das fases de otimismo e a segunda das fases de pessimismo.

Como funcionavam a economia e a sociedade existentes no Brasil no século XIX, antes da presença dos imigrantes?

Costuma-se dizer que o subdesenvolvimento foi provocado pela revolução industrial européia, mas na realidade em amplas regiões de agricultura de “plantation” da América latina ele nasceu bem antes, no século XVI, com o próprio povoamento. Estruturou-se do século XVI ao XIX uma economia colonial, latifundiária e escravocrata, produzindo basicamente uns tantos gêneros de exportação (café, etc) para o mercado europeu e da Europa importando produtos industriais de consumo corrente (tecidos, móveis, louças, etc.).

Esse esquema colonial criou, como não poderia deixar de ser, seus mecanismos de defesa: forças externas (indústria européia) e internas (latifúndio) contrárias à industrialização brasileira. Delmiro Gouveia, por exemplo, montou junto a Paulo Afonso uma pequena usina hidrelétrica (1500 HP) e uma fábrica de linhas de algodão (1913-14), que cresceu e passou a concorrer com os similares estrangeiros. Em 1929, após dificuldades financeiras, esse empreendimento foi adquirido e paralisado pela Machine Cotton (Linhas Corrente), seu concorrente inglês. Tais pressões persistem até hoje: o caso mais recente foi o da indústria brasileira de café solúvel.

Os latifundiários constituíam a classe dominante daquela sociedade. Não residiam em suas propriedades rurais, mas nas cidades, em parte pela mentalidade de consumo: para o latifundiário a fazenda não era tanto a unidade de produção, como a fonte de renda que garantia uma vida de gastos fáceis. Deve-se completar o esquema mental do latifundiário, lembrando sua aversão ao trabalho produtivo e sua concepção hierarquizante: daí seu

complexo de inferioridade em relação à Europa e seu complexo de superioridade em relação aos comerciantes e às camadas populares.

No extremo oposto da escala social estavam os escravos, de baixa produtividade, de baixíssimo consumo e sem a menor capacidade de decisão (o que plantar, quando plantar, etc). Praticamente inexistia uma classe média de tipo europeu. As camadas intermediárias existentes não tinham maior substância constituída de setores improdutivos: funcionários, militares e artesão (marceneiros, carpinteiros, seleiros, etc) trabalhando para atender às necessidades dos ricos das cidades e não às necessidades da produção.

Somente os comerciantes de exportação e importação estavam em condições de tomar decisões econômicas renovadoras, por terem dinheiro, ocuparem posição central na vida de relações comerciais e por não serem aceitos no mesmo status dos latifundiários. Mas o crescimento dos comerciantes, particularmente os brasileiros, não era aceito de bom grado: não é de se estranhar o desinteresse da Corte Imperial pela trágica sorte do Barão de Mauá, o maior empreendedor brasileiro do século passado.

A sociedade colonial-latifundiária que esquematizamos é de tipo “latino”: 1) estrutura social de extrema desigualdade (latifundiários e escravos), com ausência de camponeses e artesões independentes como ocorre no tipo “germânico”, 2) decisões centralizadas em todos os níveis: no nível do latifúndio o trabalhador nada decide e as iniciativas mais amplas devem ter o beneplácito do governo, que aliás não tem mentalidade econômica, 3) nítida separação entre o trabalho e pensamento: os homens que pensam não exercem trabalho produtivo e os que trabalham não podem pensar e assim pensamento e trabalho se desligam e tendem a se degenerar. Tal sociedade, a primeira grande sociedade de consumo da história, nasceu em Roma, foi levada para a Península Ibérica e trazida para a América Latina.

A expansão da cafeicultura no século passado fez crescer o mercado consumidor brasileiro, mas a aristocracia rural consumia os artigos europeus da mais alta qualidade (vidros belgas, cadeiras austríacas, etc) e portanto não era mercado consumidor possível para as primeiras indústrias brasileiras, enquanto os escravos praticamente não consumiam produtos industriais. Os estímulos provocados pela expansão do café não encontraram condições sociais favoráveis (espírito de iniciativa, consumo difundido, etc) nesta sociedade. Enquanto os trabalhadores escravos das fazendas de café andavam descalços, os colonos italianos que os substituíram na segunda metade do século XIX usavam botinas rígidas, primeiro mercado da indústria de calçados de Franca, onde sapateiros italianos imigrantes como Palermo e Spessoto tiraram proveito das condições favoráveis. O mesmo

ocorria nas áreas de povoamento europeu do sul do Brasil: os imigrantes alemães do vale do Itajaí foram os primeiros consumidores das camisas de malha produzidas por Hermann Hering, cujos ascendentes eram tecelões na Alemanha pelo menos desde o século XVIII. Na agricultura é conhecida a promoção de muitos colonos de café a grandes cafeicultores, mas o fenômeno não foi isolado: a dinâmica agro-indústria açucareira paulista, por exemplo, nasceu de iniciativas de imigrantes italianos como Ometto, Morganti, Lunardelli, Giorgi, Coalhatto, etc. O grupo Ometto controla a “União” (8 milhões de sacos por ano) e os Dedini possuem a maior indústria brasileira de equipamentos para usinas de açúcar.

Os 4,5 milhões de imigrantes que o Brasil recebeu na segunda metade do século passado e nas primeiras décadas do século XX constituíram a classe “européia” dentro da qual se iniciou a industrialização brasileira. Entre os imigrantes que aportaram no Brasil, incluíam-se muitos com experiência econômica importante: os Klabin, comerciantes na Lituânia, P. R. Robell, diretor de indústria de artefatos de borracha na Hungria, A. Bardella, aprendiz de ferreiro na Itália, K. Renaux, bancário na Alemanha, F. J. d’Olne, tecelão na Bélgica, etc. Se milhões de camponeses saíram da Europa em vista do superpovoamento rural da segunda metade do século XIX, os imigrantes de experiência urbana saíram por causa de perseguições raciais (Klabin, Robell, etc), impedimentos sociais de acesso à carreira militar (Renaux, etc), mas principalmente em consequência das sucessivas concentrações econômicas do capitalismo europeu, que foram expulsando do mercado artesão, pequenos industriais e comerciantes (Palermo, Hering, Bardella, d’Olne, etc), que vieram refazer seus negócios na América.

Em São Paulo, a expansão da cafeicultura foi aproveitada por tais imigrantes que, trazendo experiência de trabalho bastante variada (agricultores, artesãos, operários especializados, profissionais liberais, pequenos comerciantes e industriais), possuindo nível de vida bem mais elevado que o dos escravos, praticando hábitos econômicos equilibrados (trabalho persistente, consumo sóbrio) e com forte vontade de independência, promoveram a industrialização e modernizaram a agricultura em São Paulo e nas demais regiões que ocuparam. É interessante notar que o Rio de Janeiro, Recife e Salvador, que eram os maiores mercados urbanos do Brasil do século XIX e que receberam poucos imigrantes, passaram por industrialização modesta.

Um estudo bastante revelador levado a efeito em 1962 por L. C. Bresser Pereira sobre as origens étnicas e sociais do empresariado nacional do aglomerado de São Paulo mostrou que dos 204 empresários estudados nada menos que 172 (84,3%) eram de origem imigrante: 71 da Itália, 24 de Portugal, 21 da Alemanha, 13 do Líbano, etc, enquanto apenas

32 (15,7%) eram brasileiros de três gerações, dos quais somente 8 (3,9%) originaram-se da antiga aristocracia rural brasileira.

A industrialização se processa por iniciativas particulares e/ou governamentais, mobilizando os diferentes elementos constituintes da atividade industrial (máquinas, mão-de-obra, matérias-primas, energia) tendo em vista fatores industriais existentes (mercado consumidor, financiamentos). No Brasil, é possível distinguir quatro grandes tipos de iniciativas industriais: 1) os “capitalistas sem capitais”, gente de origem modesta, imigrantes europeus sobretudo, com ou sem experiências industrial anterior, aos quais podemos acrescentar os comerciantes das zonas de colonização européia do sul do Brasil, 2) comerciantes de exportação e importação e fazendeiros do Brasil das grandes lavouras, que de modo geral só se interessaram seriamente pelo negócio industrial quando ele se tornou seguro, 3) iniciativas estatais, tipo Volta Redonda, nascidas durante o governo Getúlio Vargas e 4) iniciativas estrangeiras, na grande maioria muito recentes, que vieram tirar proveito da industrialização em andamento.

Bresser Pereira, ao estudar a origem social dos empresários paulistas, no levantamento citado, assinala a existência entre os 204 empresários de 34 (16,7%) de origem pobre, operários e trabalhadores rurais, de 58 (28,4%) da classe média inferior, comerciários e pequenos proprietários urbanos e rurais e de 44 (21,6%) das camadas médias intermediárias, comerciantes de médio porte, etc. Assim sendo, 66,7% dos empresários nacionais do complexo industrial de São Paulo têm origem relativamente modesta, assinalando-se entre eles forte predominância de origem imigrante: 94,1% entre os provenientes da classe pobre, 94,8% entre os provenientes da classe média inferior e 81,8% entre os originários das camadas médias intermediárias.

A maioria dos grandes grupos nacionais surgiu de iniciativas modestas. Pereira Ignácio, imigrante português, sapateiro no início da vida, como o pai, foi o criador do grupo Votorantim (Ermírio de Moraes), que está presente na produção de cimento (1,6 milhão ton.), aço (130 mil ton.), alumínio (22 mil ton.), zinco (em implantação), tecidos, açúcar, papel, tijolos refratários, equipamentos para indústria de cimento, no comércio de tecidos (casas Jaraguá) e de materiais de construção (metalúrgica Atlas), etc. F. Matarazzo, que iniciou a vida no comércio de animais em Sorocaba, deu nascimento a um poderoso grupo industrial: têxtil (algodão, lã, rayon, sintéticos), alimentar (trigo, açúcar, massas, óleos vegetais, margarina), latas, cimento, louças, azulejos, química (refinaria de petróleo, ácido sulfúrico, sulfatos, acetileno, etc), celulose, papel e papelão, etc. Luiz Dumont Villares, filho de português e engenheiro electricista formado na Suíça, montou em São Paulo oficina

para conserto de elevadores, de onde surgiu um poderoso grupo que se destaca na produção de elevadores, escavadeiras, pontes rolantes, motores a diesel para navios, aços especiais e peças moldadas. Os Klabin reiniciaram no Brasil um modesto comércio de papel, de onde partiram para a construção do maior grupo industrial no ramo de papel e papelão na América Latina, além da forte presença na produção de azulejos, de autopeças (Metal Leve), etc.

Os exemplos podem ser multiplicados. No Rio Grande do Sul lembraríamos os nomes de Renner, Micheletto, Eberle, Wallig (o maior grupo industrial de fogões do Brasil). Em Santa Catarina, além dos nomes citados anteriormente, acrescentáramos Schmidt (fundição Tupy), Zadrozny (Artex), Wernwe (Eletro-aço Altona), Fontana (Sadia), Zipperer (Móveis Cimo). Em São Paulo, Filizzola, Ramenzoni, Fileppo, Scuracchio, Crespi, Gasparian, Samello, Jafet, Irmãos Cruaães (operários até 1945 e proprietários atualmente da maior indústria de máquinas para madeira no Brasil). No Rio de Janeiro: d'Oliveira (tecidos Aurora), Muller (rolos compressores, etc), Oliveira (moinha da Luz).

Entre os empresários industriais de origem modesta lembraríamos alguns de origem luso-brasileira tradicional: João Santos, que quando menino trabalhou na Fábrica Nacional de Linhas, de Delmiro Gouveia, possui duas fábricas de cimento (Pernambuco e Pará) e está implantando mais duas (Rio Grande do Norte e Maranhão); Herberto Ramos começou em 1952 como empreiteiro de obras em Recife, tendo conseguido produzir dragas hidráulicas na sua oficina de reparos, partiu para a construção de escavadeiras (1959), como pioneiro no ramo na América Latina.

No ponto de partida da industrialização brasileira estiveram presentes inúmeros modestos empresários, em maioria imigrantes. A eles principalmente cabe o mérito de ter aberto um novo caminho econômico, numa época difícil, quando era necessário vencer a dura concorrência estrangeira e freqüentemente a má vontade dos governos. Provocaram a urbanização, ampliaram o mercado interno, lançaram as bases para a continuidade do processo industrial: as indústrias têxteis se integraram (fiação, tecelagem, tinturaria, acabamento) e formaram mercado para indústrias mecânicas, que estimularam a produção de aço, etc.

Se a aristocracia rural brasileira não teve uma participação destacada nas iniciativas industriais, os comerciantes de exportação e importação do Brasil colonial-latifundiário tornaram-se freqüentemente empresários industriais. No estudo de Bresser Pereira, assinala-se que dos 204 empresários do aglomerado de São Paulo, nada menos de 44 (21,6%) originaram-se daquela classe, fortemente de origem imigrante (90,9%). Seria o caso dos

imigrantes alemães Zerrener e von Bulow, que eram exportadores de café no porto de Santos nos fins do século passado e logo depois fundaram a Cervejaria Antártica em São Paulo. Encontramos numerosos empresários industriais nos grandes portos brasileiros que tiveram a mesma origem: Lundgren (sueco) e Delmiro Gouveia foram exportadores de couros em Recife antes de tomarem iniciativas industriais. August Suerdieck, imigrante alemão e exportador de fumo na Bahia, tornou-se o maior fabricante de charutos do Brasil, com grandes exportações para a Europa e os Estados Unidos. O Barão de Mauá: estaleiros navais; Henrique Lage: carvão e azulejos; Julius Arp (alemão): têxtil; Leslie Chomma (inglês): têxtil; Hime (inglês): siderurgia; Kastrup (dinamarquês): móveis; foram todos comerciantes de export-import antes de investirem nas atividades industriais.

As iniciativas estatais no Brasil decorreram de mudanças ocorridas no poder político. A revolução de 1930 enfraqueceu a aristocracia rural e significou a ascensão de um governo de tendências nacionalistas, que se preocupou particularmente em implantar indústrias de base: siderurgia (Volta Redonda, etc), petróleo (Petrobrás), energia (Eletrobrás), química (Cia. Nacional de Álcalis), automobilística (FNM). Além disto, não se deve minimizar o apoio governamental às iniciativas da burguesia industrial brasileira: Klabin (papel), Pignatari (cobre), Cia. Brasileira de Alumínio (grupo Ermírio de Moraes), bem como a setores econômicos inteiros: extração carbonífera, indústria vinícola, etc.

As iniciativas estrangeiras, salvo raras exceções, são muito recentes e decorrem da própria industrialização em andamento: na medida em que crescia a produção de cimento e de açúcar, por exemplo, a Bates e a Boys, ambas americanas, se instalaram para fornecer sacos de papel e de algodão respectivamente. As grandes corporações industriais americanas e européias reagiram ao nascimento de concorrentes nacionais: tendo nascido em 1936, a produção de pneus “Brasil”, de iniciativa nacional, provocou a vinda até 1939 da Firestone, da Good Year e da Pirelli. A produção de alumínio em Ouro Preto (1946) por iniciativa do engenheiro Américo R. Gianetti desencadeou violenta guerra de preços por parte da ALCAN e conseqüentemente o fracasso da iniciativa nacional e sua aquisição pelo grupo canadense. A Gessy cresceu da iniciativa de J. Milani e depois foi pressionada e adquirida pela Unilever, o maior grupo do Mundo no ramo.

As empresas estrangeiras têm procurado encontrar aliados na vida brasileira vendendo ações preferenciais ao público (Willis, Light, etc), criando novos hábitos de consumo, apoiando-se em fornecedores industriais e agrícolas. Isto explica por que a indústria automobilística é muito menos verticalizada do que nos seus países de origem: centenas de empresas fornecedoras de autopeças protestarão contra eventuais ameaças de

nacionalização. Da mesma forma a Souza Cruz, fundada no Rio de Janeiro por imigrante português e pertencentes a British-American Tobacco, possui sete fábricas de cigarros no Brasil, mas não se interessou em organizar grandes plantações próprias de fumo, diferentemente do que realizou nos Estados Unidos, visando contar com milhares de amigos pequenos plantadores de origem italiana e alemã do sul do Brasil.

Vale a pena ressaltar que a grande maioria das implantações estrangeiras no Brasil localizou-se no complexo industrial de São Paulo e elas visam não só o mercado brasileiro (o maior da América Latina), mas todo o mercado latino-americano, daí decorrendo a importância que atribuem a ALALC.

Não se deve esquecer, ainda, que as implantações industriais estrangeiras reforçaram a mentalidade consumidora da sociedade brasileira tradicional e têm contribuído nos últimos anos para a formação de uma nova sociedade de consumo, de tipo “americano”, abrangendo principalmente a classe média.